



EM MARCHA, O PLANO DE DESTRUIÇÃO DO ESTADO



Uma das encomendas de Bolsonaro ao recém eleito presidente do Congresso Nacional, Arthur Lira (PP-AL), foi a “Reforma Administrativa”, a PEC nº 32. Lira deve reanimar sua tramitação, enviando-a rapidamente para que seja apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Bolsonaro & Guedes têm obsessão em aprofundar a destruição do Estado e o desmonte das políticas públicas para abrir espaço para acumulação do capital privado. A aprovação da autonomia do Banco Central, na semana passada, significa que todas as políticas cambiais, monetárias e fiscais, emissão de moedas, políticas de crédito e formação de preços ficarão reféns dos abutres do mercado.

A PEC 32 acaba com a estabilidade do servidor, uma vez que ela dificulta a vida do chefe de poder executivo que tenha a intenção de colocar a máquina administrativa à serviço dos seus interesses próprios. Também acaba com o Regime Jurídico Único (RJU), previsto na Constituição de 1988, onde o acesso ao serviço público acontece por meio de concurso e é composto por carreiras estruturadas com graus de profissionalização.

O objetivo é introduzir na administração pública os princípios da precariedade e da informalidade e ampliar o poder do executivo, uma vez que bastará um decreto para eliminar uma empresa estatal, uma autarquia, uma fundação ou qualquer outro órgão.

Os planos de privatizações do SERPRO, DATAPREV, CORREIO, ELETROBRAS, CEITEC, CASA DA MOEDA, PETROBRAS, e tantas outras, fazem parte desta política de governar para os donos do capital. O governo quer estruturar tudo para funcionar sobre a base da lógica privatista, reduzindo direitos, precarizando a vida do povo brasileiro em todos os aspectos, ampliando a miséria.

Os três poderes, executivo, legislativo e judiciário estão articulados, para tornar este plano de privatização realidade, e os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação as várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) são a prova disto. Não tem outra alternativa para nós trabalhadores senão nos mobilizarmos para buscar, de todas as formas, travar lutas conjuntas.

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



CAOS NAS UNIDADES DE SAÚDE EM BH MOSTRA AUSÊNCIA DE PLANO SEGURO DE VACINAÇÃO



Na primeira semana de vacinação contra Covid-19, a capital mineira tinha apenas dois postos de Saúde atendendo a população acima de 89 anos, entre 13 e 17h, convocada por telefone, em grupos de 50 pessoas.

Ao chegarem nos locais, os idosos foram obrigados a ficarem aglomerados, inclusive entre pacientes com suspeita de Covid. Os familiares, irritados com a situação e percebendo que o processo é demorado, iniciaram tumultos, com agressões verbais e empurrões.

A situação foi mais crítica no Centro de Saúde Santa Terezinha. Sob pressão dos servidores, vítimas das agressões, a prefeitura municipal ampliou, a partir do dia 13, o número de postos de vacinação, bem como o horário de atendimento, apesar de ter, também, ampliado a faixa etária a ser atendida, agora a partir de 85 anos. A luta pela vacinação universal e gratuita, realizada com segurança, é tarefa da classe trabalhadora.

VOLTA ÀS AULAS: NADA DE VACINA E PRESSÃO PARA ABERTURA DAS ESCOLAS

A luta dos trabalhadores da Educação Básica e Superior entra em mais uma etapa dramática com a chegada da vacina, insuficiente, que aumentou a pressão para que as escolas sejam reabertas e as aulas voltem de forma presencial, mesmo sem as mínimas condições de segurança sanitária.

Com a pandemia da Covid-19 os profissionais da educação asseguraram a manutenção das atividades escolares sob intensa pressão do capital para impor o ensino híbrido. A situação gerou mais desigualdades e exclusão na educação pública. No entanto, a reabertura das escolas, neste momento de agravamento da pandemia é um ato criminoso, uma vez que a falta de imunização da população vai fazer da escola espaço propício para



disseminação do vírus, aumentando o risco de colapso hospitalar e de morte da população.

PELO DIREITO À VACINA UNIVERSAL E GRATUITA.

SEM PROTEÇÃO CONTRA A COVID 19 E SEM DIREITO À FOLGA DE CARNAVAL



A direção dos Correios, indicada politicamente pelo Governo Bolsonaro, tomou uma atitude inédita na Empresa e cancelou a folga de carnaval de toda a categoria. Segundo a Federação Nacional dos

Trabalhadores dos Correios – FENTECT, além do desprezo aos trabalhadores, a atitude discrimina parte da categoria nacional, representando a política de dividir para tentar enfraquecer os trabalhadores e facilitar a privatização. A Fentect entrou com ação judicial, nacional, para resguardar o direito de tratamento isonômico e o princípio da primazia para os trabalhadores.

Governantes, que não fazem nada para proteger os trabalhadores dos riscos da pandemia, retiram o direito à folga no feriado mais popular do País sob pretexto de se evitarem aglomerações.

Como se o trabalho nas ruas, sem segurança sanitária e obrigando ao uso de transportes lotados, não fosse o responsável pelo número de companheiros infectados e mortos.